

PÓS - GRADUAÇÃO

*Direito Civil e
Processo Civil*

1. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A Fundação Getulio Vargas (FGV) deu início a suas atividades em 1944 com o objetivo de preparar profissionais bem qualificados para a administração pública e privada do país. Esse objetivo foi ampliado ao longo do tempo, expandindo o foco de atuação da FGV para o campo das ciências sociais.

A atuação marcada pelo pioneirismo e pela inovação levou a FGV a inaugurar, no Brasil, a graduação e a pós-graduação *stricto sensu* em Administração Pública e de Empresas e a pós-graduação em Economia, Psicologia, Ciências Contábeis e Educação. Além disso, iniciativas como a elaboração do balanço de pagamento, das contas nacionais e dos índices econômicos ajudaram o profissional em busca de formação e o cidadão comum a entender melhor o desempenho econômico e social brasileiro além de contribuir para seu permanente desenvolvimento.

2. ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO – FGV DIREITO SP

O posicionamento do Brasil no rol das potências e lideranças mundiais tem levado à redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do direito e ao surgimento de novas áreas e novos tipos de advocacia, o que torna premente a necessidade de formação de quadros profissionais que sejam, além de altamente qualificados, capazes de atuar em patamares diferenciados.

Para responder às demandas do mercado atual, os alunos da FGV DIREITO SP são preparados para atuar nas esferas pública e privada e para dialogar com outros campos do conhecimento, a fim de que possam influenciar positiva e profundamente no cenário jurídico no Brasil e no exterior.

No que concerne à pós-graduação, a FGV DIREITO SP busca aumentar sua inserção substantiva no mercado jurídico, tendo em mente a integração entre o direito e outros campos do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades importantes para o desempenho das atividades profissionais de seus alunos. Seu Programa de Pós-Graduação Lato Sensu diferencia-se por dispor de grupos de pesquisa dedicados à produção de material didático e bibliográfico próprio, a fim de oferecer a seus alunos conteúdo atualizado e em consonância com as premissas da FGV DIREITO SP.

Com tais pressupostos e ações em mente, a FGV DIREITO SP pretende consolidar-se como alternativa ao modelo tradicional de ensino do Direito e manter a postura crítica sempre assumida em relação a esse campo de saber.

3. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - IDE

Criado em 2003, o Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE) tem como objetivo coordenar e gerenciar uma rede de distribuição única para os produtos e serviços educacionais produzidos pela Fundação Getúlio Vargas, através de suas Escolas e Institutos. O IDE oferece cursos de pós-graduação lato sensu, de aperfeiçoamento e extensão, sejam eles presenciais ou a distância.

O IDE é composto pelo Programa de Educação Continuada FGV Management e sua Rede de Instituições Conveniadas; pelo Programa de Ensino a Distância FGV Online; pelo Programa de Cursos *In Company*, que oferece a empresas cursos customizados; e pela Central de Qualidade, responsável pela manutenção da qualidade e padrão de excelência FGV, em qualquer lugar do país onde os cursos estejam sendo oferecidos. O Instituto conta ainda com o suporte de dois órgãos: o Conselho Acadêmico e o Comitê Operacional. Com essa estrutura sólida, o IDE vem reforçar, de forma objetiva e consistente, a missão da FGV de levar às mais distantes localidades brasileiras um ensino de qualidade, equivalente ao oferecido em suas Escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com o IDE, a FGV passa a imprimir um maior dinamismo no desenvolvimento e na distribuição de seus produtos e serviços educacionais, presenciais e a distância, sob a responsabilidade acadêmica de suas escolas, seja no âmbito nacional ou internacional. A proposta do IDE é servir como elo entre as escolas e unidades da FGV e o mercado, sendo referência internacional na distribuição de produtos e serviços educacionais inovadores e de alta qualidade.

4. SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

A Pós-Graduação em Civil e Processo Civil foi concebida tendo em vista a realidade em constante mudança do profissional que atua com processos judiciais, administrativos e na prevenção e resolução de conflitos em geral. Soma-se a essa dinamicidade a entrada em vigor do Código de Processo Civil, que tenta responder às demandas por maior celeridade e previsibilidade do processo, promovendo importantes impactos na atuação do Judiciário e na formatação da advocacia contenciosa.

Assim, o curso proporciona ao aluno o aprofundamento das bases teóricas em temas de direito material e processual, a partir de recortes disciplinares não tradicionais e ao problematizar o aprendizado por meio do exame de questões relevantes, buscando conhecer situações concretas recorrentes da prática processual e civilista para atuar na área da advocacia.

5. OBJETIVOS

O curso tem por objetivos capacitar o aluno a:

- Analisar as bases teóricas em temas de processo civil e suas implicações em conteúdos de direito material, como direito civil, contratual, consumerista e societário, a partir de recortes disciplinares não tradicionais;
- Atuar na área de prevenção e resolução de conflitos (contencioso civil, arbitragem, mediação, negociação e outras formas de resolução de conflitos) a partir de uma visão dinâmica, estratégica e multifacetada da realidade jurídica e processual, abordando a sua complexidade em diversas perspectivas: intersecção entre o direito público e o direito privado, conflitos envolvendo múltiplas partes, contratos complexos e coligados, múltiplos procedimentos e jurisdições e a relação entre variáveis econômicas, políticas e jurídicas na tomada de decisão sobre conflitos.

6. METODOLOGIA

O curso alia uma sólida formação teórica e prática em questões estratégicas da atuação do advogado junto ao Poder Judiciário, ao estudo das implicações da técnica processual nas áreas de direito empresarial, civil, consumerista e imobiliário, e às habilidades fundamentais para isso. Espera-se que o aprendizado do aluno não se restrinja ao conteúdo da lei processual, mas que contemple também as questões de fundo que permeiam sua aplicabilidade, de modo a fomentar uma discussão bem embasada sobre o papel do processo e dos demais meios de solução de controvérsias na atualidade.

O curso irá estimular a reconstrução do conhecimento a partir de uma abordagem integrada entre teoria e prática, em consonância com os contextos econômicos, sociais e regionais onde os cursos são ministrados. As disciplinas visam ainda atingir objetivos de aprendizagem específicos, alinhados ao desenvolvimento das competências necessárias à prática profissional de seus alunos.

Para apoiar a base teórica das aulas presenciais, os cursos contam com suporte de um ambiente virtual de aprendizagem, o eClass, no qual o aluno pode acessar, a qualquer momento, em seus dispositivos eletrônicos, o conteúdo da disciplina, fazendo uso irrestrito de reconhecidas bibliotecas virtuais. Além disso, há acesso a outras ferramentas que oferecem suporte ao processo de ensino-aprendizagem e facilitam a comunicação.

7. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem papel fundamental para o processo de reconstrução de conhecimento pelos alunos, por isso, cada disciplina tem um instrumento avaliativo diferente. As avaliações construídas pelos professores possuem questões que abordam a aplicabilidade dos conceitos trabalhados em sala a contextos empresariais, proporcionando, assim, uma reflexão para os alunos quanto à prática dos conceitos e capacitando-os para as melhores tomadas de decisão como executivos.

8. A QUEM SE DESTINA

O curso de Pós-Graduação em Direito Civil e Processo Civil é recomendado para Bacharéis em Direito, advogados que atuem em escritório de advocacia ou departamentos jurídicos de empresas, juízes, promotores de justiça, defensores públicos, procuradores e advogados públicos, que tenham interesse ou experiência em processo civil ou em prevenção e resolução de conflitos.

9. CERTIFICAÇÃO

O curso de Pós-Graduação em Direito Civil e Processo Civil é certificado pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas e atende às determinações da Resolução do CNE/CES nº 1 de 06/04/2018, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior.

- Será outorgado pela Fundação Getulio Vargas o certificado de “Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Civil e Processo Civil, Nível Especialização” aos participantes que atenderem a todos os critérios de aprovação estabelecidos no regulamento do curso do módulo nacional.
- Módulos Internacionais (*opcionais*):
 - Os principais objetivos desses cursos, são: ganhar a visão internacionalizada de negócios, ampliar o networking entre os participantes que são estudantes da FGV e executivos de empresas nacionais e multinacionais de todo o Brasil. Proporcionar a troca de informações com os docentes, executivos americanos ou europeus, adquirindo, com isso, uma formação acadêmica internacional, além do acultramento pessoal;
 - Será outorgado pelas universidades internacionais, em seus locais de origem, o certificado de participação no módulo internacional respectivo.

10. PROGRAMA

| MÓDULO NACIONAL | | |
|---|--|-------------------|
| Pós-Graduação em Direito Civil e Processo Civil | | |
| | DISCIPLINAS | HORAS/AULA |
| 1 | Técnicas de negociação para advogados | 24 |
| 2 | Direito do consumidor: responsabilidade civil e modelos de negócios contemporâneos | 24 |
| 3 | Fundamentos de Direito Societário | 24 |
| 4 | Litígios Empresariais | 24 |
| 5 | Recuperação de Empresas | 24 |
| 6 | Elementos do processo: jurisdição e competência | 24 |
| 7 | Elementos do processo: sujeitos e tutelas | 24 |
| 8 | Elementos do processo: prova e sentença | 24 |
| 9 | Cumprimento das decisões judiciais e processo de execução | 24 |
| 10 | Processos nos Tribunais e meios de impugnação de atos judiciais | 24 |
| 11 | Direito de Família | 24 |
| 12 | Meios Extrajudiciais de Resolução de Litígios Empresariais | 24 |
| 13 | Direito de Sucessões | 24 |
| 14 | Procedimentos Especiais | 24 |
| 15 | Microlitigação: juizados especiais e seus procedimentos | 24 |
| 16 | Jurisdicionalização dos Contratos | 24 |
| 17 | Litigiosidade repetitiva: ações individuais e ações coletivas | 24 |
| 18 | Contencioso Imobiliário | 24 |
| | CARGA HORÁRIA TOTAL | 432 |

| MÓDULOS INTERNACIONAIS [OPCIONAL] | | HORAS/ AULA |
|---|--|--------------------|
| <i>International Business Law</i> University of California – School of Law | | 54 |
| <i>Business and Management</i> University of California – Irvine | | 54 |
| <i>Innovation</i> University of California – Santa Cruz e Irvine | | 54 |
| <i>Public Policy, Finance and Investment Strategies</i> University of Chicago | | 49 |
| <i>China Business & Economic Strategies</i> Chinese University of Hong Kong | | 40 |
| <i>Gestão de Negócios</i> ISCTE /INDEG - Lisboa | | 40 |
| <i>Management of Innovation</i> Fondazione CUOA – Business School – Itália | | 40 |
| <i>Innovation and Entrepreneurship</i> SIBE Stuttgart – Alemanha | | 80 |

11. DESCRITIVO DAS DISCIPLINAS

1. Técnicas de negociação para advogados

Introdução à negociação e sua relação com o direito. Negociações distributivas e integrativas. O processo de negociação. Negociação em situações difíceis. Perfil do negociador e seus comportamentos irracionais. Negociação e Direito.

2. Direito do Consumidor: responsabilidade civil e modelos de negócio contemporâneos

Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor. Tutela individual do consumidor. Responsabilidade por fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Responsabilidade pós-consumo. Tutela coletiva do consumidor. Responsabilidade civil dos fornecedores e modelos de negócio contemporâneos. Novas tendências de consumo e direito do consumidor.

3. Fundamentos do Direito Societário

Direito de Empresa no Código Civil. Sociedades não personificadas. Regramento supletivo das sociedades simples. Sociedade limitada: formalização de capitalização e ingresso de recursos via mercado de capitais. Processo decisório na sociedade limitada. Desinvestimento. Conflito entre sócios.

4. Litígios empresariais

Principais reflexos do novo CPC para o Direito de Empresa. Desconsideração da personalidade jurídica e análise crítica do CPC/15. Processo e controle jurisdicional dos atos societários. Tutelas provisórias no contencioso empresarial. Execução e cumprimento de sentença. Negócio jurídico processual. Incidente de resolução de demandas repetitivas.

5. Recuperação de Empresas

Recuperação judicial. Legitimidade ativa. Litisconsórcio. Requisitos para o deferimento. Apresentação do plano de recuperação. Aprovação do plano de recuperação. Sentença homologatória. Cumprimento do plano de recuperação. Sentença de encerramento. Aspectos principais do plano especial das micro e pequenas empresas. Recuperação extrajudicial. Falência: pressupostos. Rito processual. Declaração da falência e seus efeitos. Arrecadação e alienação de bens, habilitação de créditos, ações revocatória e de restituição. Extinção do processo.

6. Elementos do processo: jurisdição e competência

Jurisdição e competência. Ação e demanda: elementos e condições. Flexibilidade processual e fungibilidade. Pressupostos e atos processuais: nulidades e aproveitamento dos atos.

7. Elementos do processo: sujeitos e tutelas

Partes, terceiros e o processo. Tutelas provisórias. Tutela inibitória. Distinção das regras para formulação do pedido principal no regime de urgência (tutela provisória e tutela cautelar). Efetivação das tutelas provisórias e das liminares.

8. Elementos do processo: prova e sentença

Organização do processo e saneamento compartilhado. A prova em juízo. Sentença e seus capítulos. Coisa julgada: imutabilidade ou relativização?

9. Cumprimento das decisões judiciais e processo de execução

Crise da tutela do adimplemento: títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Liquidação de sentença. Cumprimento provisório de sentença. Consolidação do cumprimento de sentença para obrigação de pagar quantia certa. Cumprimento definitivo da sentença. Execução de títulos executivos extrajudiciais e ação executiva autônoma. Execução e cadastro de inadimplentes. Arresto e penhora. Penhora online Avaliação e expropriação de bens. Responsabilidade patrimonial e fraude à execução. Embargos à execução. Suspensão e extinção da execução.

10. Processos nos tribunais e os meios de impugnação de atos judiciais

Sistemática da tutela recursal e princípios da impugnação das decisões judiciais. Sucumbência recursal. Recursos suprimidos (embargos infringentes e agravo retido) e recorribilidade diferida das decisões interlocutórias. Agravo de instrumento. Apelação. Agravo interno e poderes monocráticos do relator. Embargos de declaração. Recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário. Reclamação Constitucional. Embargos de divergência. Incidente de assunção de competência (IAC).

11. Direito de Família

Direitos patrimoniais nas conjugualidades. Relações paterno-filiais. União estável. Alimentos: sujeitos da obrigação alimentar. Ações de família.

12. Meios Extrajudiciais de Resolução de Litígios Empresariais

Mecanismos extrajudiciais de solução de disputas. Mediação e o Código de Processo Civil. *Dispute boards*. Arbitragem.

13. Direito de Sucessões

Sucessão hereditária e testamentária. Elementos de planejamento sucessório. Inventário e partilha judicial e extrajudicial.

14. Procedimentos especiais

Fundamentos e princípios dos procedimentos especiais. Peculiaridades procedimentais. Ação de consignação em pagamento e ação de exigir contas. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ação monitória. Notificação e interpelação.

15. Microlitigação: juizados especiais e seus procedimentos

Juizados Especiais. Modalidades. Características. Princípios Informadores. Abrangência. Especificidades. Procedimentos. Técnicas e Estratégias de Audiência. Hipóteses de Conciliação. Recursos Cabíveis. Análise Jurisprudencial.

16. Jurisdicionalização dos Contratos

Teoria geral dos contratos. Princípios aplicados aos contratos. Cláusulas contratuais gerais e especiais. Interpretação dos contratos. Abuso de direito em relações contratuais. Revisão e alteração de contratos. Técnica processual dos contratos.

17. Litigiosidade repetitiva: ações individuais e ações coletivas

A litigiosidade repetitiva: diagnóstico, características, impactos e tratamento legal. Mecanismos processuais pertinentes à litigiosidade repetitiva e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Mecanismos de uniformização de jurisprudência, a formação de precedentes e sua vinculação. Modulação dos efeitos da alteração do precedente. Técnicas processuais de agregação de demandas repetitivas. Litigantes habituais e eventuais na litigiosidade repetitiva. Relação entre demandas repetitivas e o sistema processual coletivo. Contencioso de massa, sua gestão e o litígio estratégico. Impactos da litigiosidade repetitiva nos direitos sociais e nas políticas públicas.

18. Contencioso Imobiliário

Elementos de direito imobiliário: direitos reais e relações contratuais essenciais. Ações petórias e possessórias. Ações locatícias. Relações de vizinhança. Usucapião judicial e extrajudicial. Desapropriação.



**EDUCAÇÃO
EXECUTIVA**

Campus Almirante

Rua Almirante Protógenes, 290, Jardim – Santo André
fgvabc@strong.com.br

📞 4433-3222

Campus Jacarandás

Av. Industrial, 1455, Jardim – Santo André
santoandre.fgv@strong.com.br

📞 4433-6166

Campus São Caetano do Sul

Av. Goiás, 383, 2º Andar, Centro – São Caetano do Sul
saocaetano.fgv@strong.com.br

📞 3996-5668

www.strong.com.br 